



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 20ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE/PE

Processo: 00282772820198172001

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ALEXSANDRO GOMES DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente.

A parte autora alega ter adquirido lesões decorrentes do acidente aludido na coluna vertebral, todavia, em sede administrativa não foi apurada a presença de qualquer sequela, conforme demonstrado abaixo:

PARECER DE ANÁLISE MÉDICA



DADOS DO SINISTRO

Número: 3180310693 Cidade: Olinda Natureza: Invalidez Permanente
 Vítima: ALEXSANDRO GOMES DA SILVA Data do acidente: 19/07/2017 Seguradora: Sabemi Seguradora S/A

PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

Data da análise: 30/07/2018
 Valoração do IML: 0
 Perícia médica: Não
 Diagnóstico: TRAUMA DE TÓRAX
 TRAUMA NA COLUNA LOMBAR
 Resultados terapêuticos: TRATAMENTO CONSERVADOR
 ALTA
 Sequelas permanentes:
 Sequelas: Sem sequela
 Conduta mantida:
 Quantificação das
 sequelas:
 Documentos
 complementares:
 Observações: NOS DOCUMENTOS MÉDICOS ACOSTADOS NÃO SE EVIDENCIA PRESENÇA DE SEQUELAS PERMANENTES QUE NÃO SEJAM SUSCETÍVEIS DE AMENIZAÇÃO PROPORCIONADA POR QUALQUER MEDIDA TERAPÊUTICA.

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
		Total	0 %	R\$ 0,00

ESPECIALISTA

Empresa: Líder- Serviços AMD
 Grupo: EQ2
 Nome: NELMA DE OLIVEIRA MARTINS FREITAS
 CRM: 5234195-7
 UF do CRM: RJ
 Assinatura:

Nelma de Oliveira Martins Freitas

Após o deferimento de exame pericial médico, o ilustre expert apurou a presença de lesão na coluna vertebral em grau leve (25%).

Assim a ré impugna o ilustre laudo quanto à presença de sequelas na coluna vertebral, tendo em vista que, anteriormente, em sede administrativa, foi apurada a ausência de sequelas no segmento.

ADEMAIS, CUMPRE SALIENTAR QUE EM MOMENTO ALGUM A PARTE AUTORA COMPROVA A EXISTÊNCIA DAS LESÕES ALEGADAS, SEM DEMONSTRAR SEQUER UM ACOMPANHAMENTO OU TRATAMENTO MÉDICO QUE CONDIZA COM A INVALIDEZ PERMANENTE ADUZIDA.

Desta forma, os documentos médicos apresentados nos autos comprovam a AUSÊNCIA DE INVALIDEZ PERMANENTE do autor.

Ora, Exa., não é crível que com os avanços da medicina, os tratamentos realizados na parte autora serviram para agregar lesão à parte autora, haja vista que, conforme avaliado administrativamente, a parte autora não possuía sequelas permanentes.

É certo que o julgador não está adstrito à conclusão contida no laudo pericial, mas a simples leitura do mesmo demonstra que a r. Perito não buscou comprovar o suposto agravamento da lesão, somente limitando-se a responder os quesitos apresentados de maneira simplista e sem qualquer fundamentação.

Pelo exposto, a parte ré impugna o laudo pericial produzido, requerendo que seja afastada a conclusão pericial, devendo ser levado em consideração o conjunto fático-probatório dos autos, sobretudo os documentos médicos acostados na exordial, que demonstram a ausência de invalidez permanente, sendo os pedidos autorais julgados improcedentes.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

RECIFE, 14 de janeiro de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/PE 4246

ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR
30225 - OAB/PE